

A QUESTÃO DA IDEIA TEOLÓGICA NO “APÊNDICE À DIALÉTICA TRANSCENDENTAL” DA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*

The question of the theological idea in the “Appendix to the Transcendental Dialectic” of the Critique of Pure Reason

André Assi Barreto*

Resumo: Pretende-se no presente artigo investigar o papel empenhado pelas ideias da razão no “Apêndice à dialética transcendental” da *Crítica da Razão Pura* de Immanuel Kant, em especial a ideia teológica; tarefa que tem por fio condutor tanto o problema da teleologia, delineado por Kant ao longo do Apêndice, quanto o papel exercido por essa ideia, em especial considerando seu vínculo com a possibilidade do conhecimento. Ao discorrer sobre as ideias da razão no Apêndice, Kant destaca duas em especial: a ideia de uma unidade sistemática da natureza – para que a natureza seja inteligível é preciso que ela seja concebida como uma unidade sistemática, como se seguisse um determinado fim, o que vincula tais ideias à própria possibilidade do conhecimento teórico e, por conseguinte, o estabelecimento das ciências físicas – e a ideia teológica – é preciso pensar um Deus arquiteto sem, contudo, incorrer nas ilusões da teologia física. Estas ideias servem como reguladoras do uso empírico do entendimento e mostram-se indispensáveis à prática científica, são condição de possibilidade para o estabelecimento do conhecimento. Além disso, emerge desse problema a discussão acerca da objetividade dessas ideias, tema que também trataremos. Tendo isso em vista, faz-se preciso uma exegese apurada do Apêndice, a fim de mostrar exatamente que função exerce a ideia teológica dentro da problemática do Apêndice, qual é sua relação com o estabelecimento da ciência e em que medida, já no fim da *Crítica da Razão Pura*, Kant, ao recolocar em pauta (como condição para a construção da ciência) uma concepção de divino (ainda que apenas em ideia) não está reautorizando o teísmo e a metafísica dogmática que fora criticada no interior da própria *Crítica*.

Palavras-chave: Kant. Teleologia. Ideia Teológica. Conhecimento. Ideias da Razão.

Abstract: Our aim in this article is to inquire what is the role played by the ideas of reason in the *Critique of Pure Reason’s* “Appendix to the Transcendental Dialectic” of Immanuel Kant, specially the theological idea and the idea of systematic unity of nature, both sketched by Kant through the Appendix. Our interest lies specially by considering their connection with the possibility of knowledge. When discoursing about the ideas of reason in the Appendix, among some others, Kant highlights two of them: the idea of a systematic unity of nature – the comprehension of nature as something intelligible or, in other words, the view of nature as an organized whole with the parts all connected, which relates such idea to the own possibility of the theoretical knowledge and, therefore, the establishment of the physical sciences; and the theological idea, it is necessary to think an architect God without, however, incurring in the illusions of the physical theology. These ideas function as regulators of the empirical use of the understanding and show themselves precious to the scientific practice and related to the own possibility of knowledge. Furthermore, with this problem in mind, appears the discussion about the objectivity of such ideas, subject that is also of our interest. Having these on our sight, it is necessary an accurate exegesis of the Appendix in order to show exactly what function the theological idea plays within Appendix problematic, what is its relation with the establishment of science and, in which sense, in the final parts of the *Critique of Pure Reason*, when Kant brings back (as a condition to the building of science) a certain conception of divine (even that only in idea) is not reauthorizing theism and dogmatic metaphysics that was previous criticized within the *Critique*.

Keywords: Kant. Teleology. Theological Idea. Knowledge. Ideas of Reason.

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista CAPES. Contato: andre.assibarreto@gmail.com

1 Definindo o problema: as ideias da razão

“[...] todo o conhecimento humano começa por intuições, daí passa a conceitos e termina com ideias”.

(Kant, *Crítica da Razão Pura*)

O propósito maior deste artigo é ler o Apêndice à luz do problema da relação existente entre as ideias da razão e o conhecimento¹, tendo a questão da ideia teológica como fio condutor. Na primeira parte do “Apêndice à dialética transcendental”² da *Crítica da Razão Pura*, intitulada “Do uso regulativo das ideias da razão pura”, Immanuel Kant (1724-1804) discorre sobre a denominada “ideia da razão” de uma unidade sistemática da natureza, que é exigida pela razão dada a multiplicidade de leis do entendimento e a própria estrutura da natureza, que nos parece organizada em espécies, gêneros e, por fim, em um gênero supremo; nesse contexto certa noção de teleologia é vislumbrada, mas efetivada apenas na segunda parte do Apêndice³. Nela, intitulada “Do propósito final da dialética natural da razão humana”, Kant se encarrega de tratar do papel exercido por essas ideias, introduzindo o que os comentadores chamam de doutrina do “como se” (*als ob*)⁴. Essas ideias, inclusive a teológica, devem ser encaradas *como se* elas fossem uma coisa em geral “servindo unicamente para conservar a maior unidade sistemática no uso empírico da nossa razão”⁵; e nesse contexto teórico encontra-se um importante aspecto no tocante à atividade científica; ainda uma importante questão quanto à possibilidade do conhecimento (mormente o das ciências físicas) está em jogo, o que constitui aqui, nosso objeto de interesse.

A preocupação central da *Crítica da Razão Pura* é se a metafísica é ou não possível enquanto ciência. Um problema derivado desta preocupação é o do conhecimento: como conhecemos o mundo, quais são os limites do nosso conhecimento e de nossas faculdades cognitivas, qual é a relação entre experiência e conceitos, etc. No Apêndice, é o intento de envolver o conhecimento numa estrutura definitiva e objetiva que Kant pretende finalizar, onde lança com maior força o problema da relação entre as ideias da razão, em especial aquelas até então tidas como mais importantes pelos metafísicos

1 Um outro tema corre em paralelo ao problema que optamos por abordar aqui: a questão da relação entre as faculdades da razão e do entendimento, que começa a ser discutida no Apêndice, mas culmina na *Crítica da faculdade do Juízo*. Ele não será em nenhum sentido o norte da nossa exposição, mas a de outros autores (KEINERT, Maurício Cardoso. *Da idéia ao juízo: o problema da finalidade na relação entre razão e natureza em Kant*. São Paulo, FFLCH-USP, dissertação de mestrado, 2001).

2 Doravante, ao nos referirmos ao “Apêndice à dialética transcendental” usaremos apenas a palavra “Apêndice”.

3 Kant não faz referência direta à teleologia nessa primeira parte do Apêndice, algo que só será nominalmente apresentado na segunda parte. Embora seja verdade que o princípio da unidade sistemática tratado nessa parte é o que será chamado de “conformidade a fins formal” na primeira introdução à *Crítica do Juízo*.

4 Nomenclatura utilizada por Kemp Smith (SMITH, Norman. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 553).

5 KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, Lisboa: editora Calouste Gulbenkian, 2008, p. 551. De agora em diante, nossas citações à *Crítica da Razão Pura* serão feitas mediante o uso da sigla KrV, seguida pela notação A/B, conforme sagrou a tradição, e o número de página (referente à edição portuguesa).

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.7 – Nº. 2	Novembro 2014	p. 20-39
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	----------

clássicos e, justamente, o conhecimento. Dessa maneira, propomos pensar qual é o papel exercido pelas ideias da razão (com ênfase na ideia teológica) no final dessa investigação epistemológica empreendida pelo filósofo prussiano e num nível acima, qual é o papel do próprio Apêndice dentro do projeto crítico kantiano; ainda perpassaremos pela noção de teleologia delineada por Kant ao longo do Apêndice⁶, noção que se depreende do arcabouço teórico ali desenvolvido.

Assim, na primeira parte do artigo, expomos a discussão proposta por Kant no Apêndice em torno das ideias, propondo um panorama geral da questão, a fim de localizar e contextualizar o problema levantado. No momento seguinte, faremos um pequeno intervalo mostrando a discussão acerca da objetividade das ideias da razão. Na segunda parte, trazemos para a discussão a questão da ideia teológica e mostraremos como ela é colocada, concentrando nas passagens que Kant expõe o cuidado com que tal ideia deve ser empregada e num terceiro momento do texto, traremos a discussão elencada por Lebrun – se a introdução de tal ideia constitui ou não um deslize metafísico do filósofo de Königsberg –, tentaremos assinalar com uma resposta, encaminhando para uma possível conclusão.

2 A ideia de totalidade sistemática da natureza: um panorama do Apêndice

A ideia de natureza como totalidade sistemática. O que exatamente o filósofo de Königsberg tem em vista quando se refere a uma ideia, especialmente uma ideia *da razão pura*, quando usa a palavra para dar título à primeira parte do Apêndice? Antes de uma investigação mais aprofundada nos meandros do Apêndice, é preciso entender o que Kant entende por ideias e qual o papel específico da ideia de uma unidade sistemática da natureza e da ideia teológica.

As ideias são “conceitos da razão cujo objeto não pode ser encontrado em parte alguma na experiência ou, precisamente, aquilo que não se encontra em qualquer relação com um objeto” (CAYGILL, 2000, p. 178), ao passo que conceitos pertencem ao repertório do entendimento e tudo aquilo que provém da sensibilidade é objeto da intuição, como ele mostrou na Analítica. E por sua vez, o entendimento vincula-se com a razão.

Kant retoma, no início do Apêndice, aquilo que fora afirmado com vagar ao longo da Dialética: que a razão naturalmente tende a nos conduzir para além dos limites da experiência possível

⁶ Esse conceito é tratado por Kant não apenas na *Crítica da Razão Pura*, mas também na *Crítica da Faculdade do Juízo*, e existe uma divergência entre os comentadores quanto à relação entre os dois textos e à passagem de um ao outro, deles destacamos Gérard Lebrun e António Marques. Os dois divergem quanto à questão se no Apêndice podemos observar a presença (mesmo que apenas implícita) do juízo reflexionante teleológico, ou se essa é, definitivamente uma marca da terceira *Crítica*. Essa análise é feita nos seguintes textos: LEBRUN, Gérard. *Kant e o fim da metafísica*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2002, partidário da posição que a terceira crítica é um rompimento e até um deslize com relação à primeira e MARQUES, António. *Organismo e sistema em Kant*. Lisboa: Presença, 1987, de opinião que a terceira crítica é uma continuidade ao projeto delimitado no Apêndice.

A problemática da teleologia estende-se, inclusive, para a Filosofia da História kantiana, como mostra Bruno Nadai (NADAI, Bruno. *Teleologia e História em Kant: a Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo, FFLCH-USP, dissertação de mestrado, 2006).

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.7 – Nº. 2	Novembro 2014	p. 20-39
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	----------

(que está condicionada a entendimento e intuição). Esse é uma propensão natural da razão⁷ que anseia por conhecer coisas que nunca podem ser plenamente conhecidas e naturalmente exige o incondicionado, coisas que, por ultrapassarem a experiência possível, estão para além dos limites das faculdades cognitivas humanas, gerando assim raciocínios ilusórios e aparentes⁸. Portanto, é perfeitamente concebível que pensemos na existência de um eu contínuo e distinto, no começo do mundo, e num deus causador desse mundo⁹; essas ideias¹⁰ são, como veremos, essenciais à razão, embora nunca atinjamos um conhecimento pleno delas.

Como é esclarecido no próprio desenvolvimento do Apêndice, é possível que uma ideia seja, *em seu uso*, transcendental e mesmo assim seja enganosa “no caso de ser desconhecido o seu significado e de se tomarem por conceitos de coisas reais”¹¹, isso será importante para que pensemos as ideias de unidade sistemática e teológica e em que medida não são enganosas.

Desse ponto emerge um importante aspecto, que é o dos usos das ideias transcendentais¹². As ideias podem ter dois tipos de aplicação, de uso: *constitutivo* ou *regulativo*. As ideias, em seu uso constitutivo fornecem conceitos de determinados objetos; se esse fosse o caso no plano da razão, os conceitos fornecidos só seriam “conceitos sofisticos (dialéticos)”¹³ e as ideias da razão nunca podem ser dialéticas¹⁴, pois a razão nunca se reporta a objetos (ou cria conceitos). Entretanto, as ideias da razão atendem muito bem a um papel regulativo: funcionam como um princípio que ordena com vistas a certa unidade sistemática (que é condição de possibilidade do conhecimento)¹⁵, são “ficções

⁷ Cf. KrV, A293/B350-A298/B355, p. 295-298.

⁸ Quanto a este ponto, para fins de uma compreensão apurada da problemática desenvolvida na Dialética, faremos proveito, de maneira bastante secundária nesse momento, da comentadora Michelle Grier, em seu *Kant's Doctrine of Transcendental Illusion* (2001), tendo em vista que esse é um ponto – o do caráter ilusório porém natural de ideia teológica – que Grier considera de suma importância para a compreensão tanto da Dialética como do Apêndice (Cf. GRIER, Michelle. *Kant's Doctrine of transcendental Illusion*. New York: Cambridge University Press, 2001, p. 1-13).

⁹ A saber, paralogismos, antinomias e ideal da Razão. Quanto ao eu contínuo e distinto, este paralogismo da Razão Pura (KrV, A339/B397-A405/B432, p. 325-378). Quanto à ideia cosmológica do princípio do mundo: Cf. KrV, A406/B433-A567/B595, p. 419-483. Quanto a Deus e a possibilidade de prová-lo: Cf. KrV, A568/B596-A642-B670, p. 485-531. Uma das questões discutidas por Grier é sobre a problemática que envolve o fato dessas noções serem de fato “naturais” à razão humana (GRIER, Michelle. *Kant's Doctrine of transcendental Illusion*. New York: Cambridge University Press, 2001, p. 4-7).

¹⁰ Estas recebem uma análise geral e preliminar por parte de Kant antes do aprofundamento na Dialética em “Dos Conceitos da Razão Pura” (KrV, A310/B367-A338/396, p. 307-342).

¹¹ KrV, A643/B671, p. 533.

¹² Um outro ponto a ser pensado é o colocado por Grier em sua análise da Dialética: trata-se do duplo movimento feito por Kant, primeiro na Dialética e depois no Apêndice. Primeiro, o filósofo considera certas concepções (alma, mundo e Deus) como “ilusões” (ressaltando que são ilusões que o funcionamento da razão humana incorre naturalmente), porém, no Apêndice, assevera que essas ilusões são indispensáveis para o uso empírico do entendimento (e para possibilitar o conhecimento): “(...) tanto quanto as ideias transcendentais da razão que expressam essa demanda (a “alma, o “mundo” e “Deus”), são requisitos não apenas para a moralidade, mas, também, para a investigação empírica da natureza” (GRIER, Michelle. *Kant's Doctrine of transcendental Illusion*. New York: Cambridge University Press, 2001, p. 3, tradução nossa).

¹³ KrV, A644/B672, p. 534.

¹⁴ Cf. KrV, A669/B697, p. 550.

¹⁵ Cf. KrV, A643/B671, p. 534.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.7 – Nº. 2	Novembro 2014	p. 20-39
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	----------

heurísticas”¹⁶ basilares para a atividade científica, mesmo com seu papel exclusivamente regulativo, sem fazerem referência a um objeto. Ressaltaremos esse último aspecto – do caráter heurístico das ideias da razão – porque a atividade científica, como veremos mais adiante, deve ser dirigida de forma que a natureza seja vista como se fosse o resultado de uma criação inteligente; contudo, é isso, de fato, uma mera “ficção heurística”?

A tarefa relacionada ao conhecimento que cabe à razão exercer, como afirma Kant, é sistematizadora – sistematiza as leis que o entendimento lhe fornece. Trata-se de um “encadeamento a partir de um princípio”¹⁷, de organizar o que foi observado na experiência sob o amparo de uma lei que una todos esses dados sensíveis, fazendo com que seja possível haver algum ganho de conhecimento. Este princípio unificante da razão pressupõe uma ideia: trata-se de uma ideia que possibilita o conhecimento, mas que é prévia a todo ele – a ideia de *unidade sistemática da natureza*. Nesse contexto, vejamos esta importante citação: “[...] Esta ideia postula, por conseguinte, uma unidade perfeita do conhecimento do entendimento, mercê da qual, este não é apenas um agregado accidental, mas um sistema encadeado segundo leis necessárias”¹⁸. Esta ideia postula uma unidade para que a atividade epistemológica não seja vã –, não temos conhecimento dela, mas ela, em seu uso correto colabora com a possibilidade e fundamentação da ciência.

Daí se destaca outro importante aspecto: não apenas as ideias têm dois usos distintos, mas a própria razão também o tem; trata-se dos usos *apodítico* e *hipotético*. No primeiro caso, tomamos como definição de razão a “faculdade de derivar o particular do geral”¹⁹ e, nesse caso, compreendemos que o geral não apenas é dado como é certo em si, é exigido apenas que “a faculdade de julgar para operar a subsunção” e consequentemente “o particular é desse modo determinado necessariamente”²⁰.

Já no caso do uso hipotético, temos o fato de que o particular é certo e, por conseguinte, temos, nas palavras de Kant, o que se segue:

[...] a generalidade da regra relativa a esta consequência é ainda um problema; então aferem-se pela regra diversos casos particulares, todos eles certos, para saber se se deduzem dela e, se parecer que dela derivam todos os casos particulares que se possam indicar, conclui-se a universalidade da regra e, a partir desta, todos os casos que não forem dados em si mesmos²¹.

No contexto do uso regulativo das ideias, é o uso hipotético da razão que é objeto de nosso interesse, pois ele não se caracteriza como constitutivo, como afirma Kant, ele “não é de tal natureza que, julgando com todo o rigor, dele se deduza a verdade da regra geral tomada como hipótese”²² é

¹⁶ Nomenclatura, ressaltamos, de Kemp Smith (SMITH, Norman. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 544).

¹⁷ KrV, A645/B673, p. 535.

¹⁸ KrV, A645/B673, p. 535.

¹⁹ KrV, A646/B674, p. 535.

²⁰ KrV, A646/B674, p. 535 e 536.

²¹ KrV, A646/B674-A647/B675, p. 536.

²² KrV, A647/B675, p. 536.

apenas um uso regulador, “serve, na medida do possível, para *conferir unidade* aos conhecimentos particulares e *aproximar* assim a regra da universalidade”²³. Ou seja, cabe ao uso hipotético da razão “conferir unidade” aos conhecimentos particulares, caso contrário, o conhecimento da natureza seria apenas um amontoado de fatos contingentes (o que tornaria a própria natureza contingente), sem qualquer ligação, tornando a busca por um conhecimento seguro sem propósito.

Como afirma Kant, “O uso hipotético da razão tem, pois, por objeto a unidade sistemática dos conhecimentos do entendimento e esta unidade é a *pedra de toque da verdade* das regras”²⁴. Essa unidade sistemática dos conhecimentos é o meio de avaliação disponível para que estejamos autorizados a falar em “verdade das regras”, sem ela o que temos é apenas uma sequência desconexa de regras contingentes. Porém, é importante ressaltar que essa ideia de unidade sistemática, enquanto mera ideia, é apenas uma projeção²⁵: não deve ser considerada em si mesma e sua utilidade é vista ao nos fazer “encontrar um princípio para o diverso e para o uso particular do entendimento”²⁶. Essa posição será reforçada, como veremos, na segunda parte do Apêndice.

Kant segue, nesta parte do Apêndice, mostrando como a prática científica naturalmente objetiva uma unidade sistemática da natureza. Considerando o diverso dos fenômenos e sua heterogeneidade, é natural remetê-los a algum ponto unívoco e fundamental. O mesmo ocorre quanto a própria variedade de faculdades, o problema se coloca da mesma maneira:

Os diferentes fenômenos de uma mesma substância mostram, à primeira vista, tal heterogeneidade, que se tem de admitir de início quase tantas espécies de faculdades quanto os efeitos produzidos, tal como na alma humana a sensação, a consciência, a imaginação, a memória, o engenho, o discernimento, o prazer, o desejo, etc.²⁷.

Porém, uma “máxima lógica” faz com que restrinjamos tanto o quanto possível toda essa variedade de faculdades, nos impelindo a descobrir uma ligação entre elas, e, por conseguinte, a reduzir uma à outra, diminuindo a multiplicidade delas. Nisso pensamos se, por exemplo, “a imaginação, aliada à consciência, não será memória, engenho e discernimento, e até porventura entendimento e razão”²⁸. É impossível abrir mão da ideia de uma “faculdade fundamental”, que coloca o problema de uma “representação sistemática da diversidade das faculdades”. Exige-se que esta unidade se realize, “quanto *mais idênticos* se encontrem os fenômenos de uma e de outra força, tanto mais verossímil é que sejam apenas diferentes manifestações de uma e a mesma força”. Ou seja, quanto mais homogeneidade encontramos em meio a heterogeneidade, é mais provável que estejamos

²³ KrV, A647/B675, p. 536, primeiro grifo nosso e segundo grifo do autor.

²⁴ KrV, A647/B675, p. 536, grifo do autor.

²⁵ Quanto à discussão se essa ideia, se esse princípio, é uma mera projeção lógica e subjetiva ou um princípio transcendental, o texto parece – e aqui seguimos a análise de Kemp Smith – entrar em contradição ou ao menos, não fornecer uma posição segura, pois Kant não oferece mostras definitivas se as ideias da razão são ou não subjetivas, se ele adere à solução céptica ou idealista quanto à dissolução desse problema (Cf. SMITH, Norman. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 546-548).

²⁶ KrV, A647/B675, p. 536.

²⁷ KrV, A648/B676-A649/B677, p. 537.

²⁸ KrV, A649/B677, p. 537.

autorizados a reduzi-las a uma única coisa.

O mesmo ocorre com o químico e com o astrônomo: o químico busca uma unidade entre todas as substâncias e conseguiu reduzi-las a duas básicas: os ácidos e os alcalinos e tenta ainda buscar uma substância fundamental²⁹. Os astrônomos procedem de maneira semelhante: ao observarem um número finito de órbitas e constatarem que são elípticas, formaram uma unidade genérica de órbita elíptica, e com ela saltam (munidos do princípio de afinidade) para a suposição que todas as órbitas dos cometas são elípticas³⁰, algo que jamais poderá ser confirmado pela experiência (pois suporia nossa capacidade de abarcar todo o espaço, algo claramente impossível).

Assim, torna-se evidente o papel desempenhado pelas ideias da razão pura, em especial a de uma unidade sistemática da natureza – princípio que é elementar para a atividade científica, uma ficção heurística indispensável e ideia que nunca é “alcançada”, mas que é horizonte necessário para que a ciência natural seja estabelecida de forma apropriada.

Como procuraremos realçar, as ideias da razão têm sua objetividade questionada³¹ graças ao fato de não haver esquemas³² da sensibilidade aos quais possam ser referidas: seus objetos nunca são exibidos, porque eles próprios transcendem toda a experiência (e como também procuramos mostrar, são condição de possibilidade de investigação do empírico)³³. Apenas o que é possível quanto a estas ideias é um *análogo* de um esquema, “isto é, elas representam a Ideia de uma *máxima*, dada pelo entendimento, no interesse subjetivo da Razão – ou dito de outra forma, no interesse de certa perfeição possível do nosso conhecimento dos objetos – que é invocado para que os compreendamos *o máximo possível*”³⁴.

É importante voltar-se para o texto kantiano novamente, para que compreendamos melhor o papel desempenhado pela ideia de unidade sistemática da natureza e como exatamente ele é desempenhado:

[...] Em contrapartida, o método que consiste em procurar a ordem na natureza de acordo com tal princípio e a máxima que considera essa ordem fundada numa natureza em geral, embora sem determinar onde e até que ponto reina essa ordem, constituem, sem dúvida, um legítimo e excelente princípio regulativo da razão; como tal, vai longe demais para que a experiência ou a observação lhe possam ser adequadas; mas, sem que nada determine, aponta somente o caminho da unidade

²⁹ KrV, A653/B681, p. 539 e 540. Destacamos que, para Kant, se tratam de diferentes concepções de teleologia, a química, por exemplo, é diferente daquela da fisiologia. Na primeira trata-se de seguir regras, algo de cunho formal, no caso da fisiologia observa-se uma finalidade interna (o olho é, inerentemente, dotado da finalidade de enxergar com maior precisão possível).

³⁰ KrV, A663/B691, p. 546.

³¹ Deste assunto trataremos com mais vagar na sequência do artigo.

³² Quanto aos esquemas Cf. “Do esquematismo dos conceitos puros do entendimento” (KrV, A137/B176 – A147/B187 p. 181-187).

³³ Cf. SMITH, Norman. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 552.

³⁴ SMITH, Norman. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 552).

sistemática³⁵.

Em suma, trata-se de, a partir desse princípio, dessa máxima lógica fornecida pela razão, procurar por ordem na natureza, de compreendê-la como um sistema e não como um agregado. Desde que isso seja feito tomando esse princípio como regulativo, sem nunca ter a pretensão de oferecer plenamente seu objeto.

Procuramos aqui fazer um pequeno panorama do que Kant apresenta no Apêndice, reservando a discussão acerca da ideia teológica para a próxima parte. A tônica do Apêndice é a discussão sobre as ideias da razão, que já haviam sido tratadas no princípio da Dialética, e nossa ênfase é no papel que elas exercem enquanto possibilitadoras do conhecimento de tipo científico, ou seja, como as ideias da razão inserem-se na discussão epistemológica apresentada na *Crítica*. A ideia estudada por Kant, nessa primeira parte do Apêndice, é a de totalidade sistemática da natureza, a saber, a concepção de que a natureza não é um caos desconexo, mas um todo ordenado, um *cosmos* na acepção grega da palavra. Disso, depreendemos uma noção de teleologia que é importante para a compreensão do Apêndice; é preciso conceber a natureza como se fosse regida por leis teleológicas, para que o uso empírico do nosso entendimento seja efetivo e, conseqüentemente, possamos fundamentar o conhecimento científico.

A função heurística das ideias é ressaltada neste ponto do texto, pois elas possibilitam descobertas úteis para o campo das ciências; contudo, permanece como ponto suscetível de discussão, tanto no texto de Kant, como entre as análises dos comentadores, a questão da objetividade dessas ideias: são elas meras projeções subjetivas ou são suscetíveis de uma dedução transcendental, à maneira das categorias?

Antes de tratarmos da ideia teológica, faremos um pequeno *intermezzo* para tratar da questão da objetividade dessas ideias, também tema do Apêndice e que acreditamos ser pertinente à nossa investigação, pois, na medida em que as ideias são pilares heurísticos úteis na condução da investigação científica, é preciso saber com clareza seu caráter objetivo ou subjetivo.

3 O problema da objetividade das ideias da razão

Observamos que as ideias são próprias da atividade da razão e de suma importância para a prática científica, devemos agora ressaltar importantes aspectos trazidos à tona na segunda parte do Apêndice: primeiro a discussão quanto à objetividade que pode ser assegurada às ideias da razão (visto que o conhecimento será extraído da pressuposição das ideias, então, é preciso pensar como Kant garante a objetividade delas).

As ideias, diferentemente das categorias, não são suscetíveis de uma dedução transcendental³⁶

³⁵ KrV, A688/B696, p. 549.

– a única maneira possível para assegurar uma objetividade *plena* a elas. Isso porque elas não têm quaisquer referências empíricas: não se reportam diretamente à sensibilidade (não temos nenhuma referência empírica da totalidade da natureza, tampouco de um Deus arquiteto). Contudo, é preciso assegurar *alguma*³⁷ objetividade a essas ideias, é preciso que sejam deduzidas transcendentalmente de alguma maneira, para que se garanta ao menos certa objetividade – mesmo que parcial – a elas.

Como fora asseverado na Analítica, a função sintetizante do entendimento se aplica apenas ao diverso da sensibilidade por intermédio de *esquemas*³⁸. A razão exige o princípio lógico ordenador da unidade e para que essa tarefa da razão seja cumprida (aplicar esse princípio que une o múltiplo de leis fornecidas pelo entendimento), seria preciso encontrar um esquema dessa unidade na intuição. Todavia, como dissemos anteriormente, isso não é possível, visto que as ideias da razão são puras, não contêm qualquer referência à sensibilidade; pois apreender essa unidade sistemática *a partir do mundo* seria solapar o que fora previamente defendido por Kant, isso suporia a capacidade de apreender a totalidade do espaço e dos fenômenos que nele se passam, algo muito além do que é acessível às nossas faculdades cognitivas. Entretanto, ao menos um análogo desse esquema precisa ser encontrado, “pode e deve encontrar-se um análogo desse esquema, que é a ideia do máximo da divisão e da ligação do conhecimento do entendimento num único princípio”³⁹. Dessa maneira,

[...] tal como todo o princípio, que assegura *a priori* ao entendimento a unidade integral do seu uso, vale também, embora indiretamente, para o objeto da experiência, os princípios da razão pura também terão realidade objetiva em relação a esse objeto, não para *determinar* algo nele, mas tão só para indicar o processo pelo qual o uso empírico e determinado do entendimento pode estar inteiramente de acordo consigo mesmo, em virtude de se ter posto em relação, *tanto quanto possível*, com o princípio da unidade completa e daí ter sido derivado⁴⁰.

Ou seja, dessa forma garante-se uma referência objetiva, ainda que parcial, para as ideias da razão, parece assegurar-se uma objetividade para estes princípios. Como princípios sintéticos *a priori*⁴¹ que são, é preciso que sua validade objetiva – ainda que indeterminada⁴² – seja mostrada.

Com isso em seu pensamento, Kant operará a “dedução transcendental”⁴³ possível quanto às ideias da razão. Para compreender este procedimento é preciso fazer menção a outra distinção

³⁶ KrV, A663/B691, p. 546. Ao menos no sentido estrito do conceito apresentado previamente no interior da própria Crítica. Mas, como veremos, uma certa objetividade será assegurada às ideias.

³⁷ O que Kemp Smith chamará de “semi-objetividade” (SMITH, Norman. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 555).

³⁸ Vale aqui a mesma referência da nota 16.

³⁹ KrV, A665/B693, p. 547.

⁴⁰ KrV, A665/B693-A666/B694, p. 547 e 548, grifos do autor.

⁴¹ KrV, A663/B691, p. 547.

⁴² “A despeito do fato delas serem meras ideias que servem de guia para o entendimento e poderem ser aplicadas apenas assimptoticamente, elas são juízos sintéticos *a priori*, e parecem ter uma validade objetiva, ainda que indeterminada. E mais adiante Kemp Smith assevera: “esta validade objetiva consiste exclusivamente na sua função heurística” (SMITH, Norman. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 551, tradução nossa).

⁴³ Nesse ponto seguimos a nomenclatura e a interpretação oferecida por Kemp Smith (Cf. SMITH, Norman. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 552- 561).

apresentada por Kant, entre o que é oferecido à razão como *objeto puro e simplesmente* e o que é oferecido como *objeto na ideia*. Quanto ao primeiro caso, foi mostrado que a tarefa de determinação de objetos definitivamente não cabe à razão, mas apenas ao entendimento. Porém, no segundo caso, quando o trato da razão com o objeto se oferece *na ideia*, temos “um esquema, ao qual se não atribui diretamente nenhum objeto, nem mesmo hipoteticamente, e que serve tão-só para nos permitir a representação de outros objetos, mediante a relação com essa ideia, na sua unidade sistemática, ou seja, indiretamente”⁴⁴. Por conseguinte, quanto à ideia de unidade sistemática da natureza (ou de uma inteligência suprema), da qual não atribuímos obviamente nenhum objeto, apenas com um esquema em mente; ela nos serve para que possamos *representar outros objetos*, ela própria nunca é representada, mas é condição de possibilidade de representação dos objetos e de uma organização sistemática da natureza.

Portanto, a “dedução transcendental” possível quanto às ideias da razão é aquilo que denominamos doutrina do “como se” (*als ob*) e no caráter heurístico propiciado por ela. Devemos observar o mundo como unidade sistemática suprema “mediante a ideia de uma causalidade final da causa suprema do mundo” e “*como se* esta, enquanto inteligência suprema, fosse autora de tudo segundo o mais sábio desígnio”⁴⁵. A objetividade dessa ideia da razão encontra-se justamente no fato dela nos ajudar a fazer uma “série de descobertas”, ponto que ressaltamos, posto que nosso interesse está na “utilidade epistemológica” das ideias da razão. Ela pode ser considerada como transcendental⁴⁶ na medida em que, enquanto esquema, é considerada como possibilitadora de toda a experiência, nas palavras de Kant: “esta coisa transcendental é tão-só o esquema desse princípio regulativo, pelo qual a razão estende, quanto possível, a toda a experiência, a unidade sistemática”⁴⁷. O que não nos livra de uma série de prescrições: não sair do terreno na experiência possível, nunca deixar de considerá-la como um princípio regulador, *como se* fosse causa e organizadora do mundo etc.

4 A ideia teológica, seu uso regulativo e sua relação com a prática científica

É no contexto descrito na primeira parte que Kant mostrou ser possível a conceitualização de uma inteligência suprema, pois na falta de tal inteligência, que organizou sistematicamente a natureza, retornamos ao problema de compreender a natureza como um mero agregado contingente, consequência esta que torna a busca pelo conhecimento e, conjuntamente, toda a fundação de uma

⁴⁴ KrV, A670/698, p. 550.

⁴⁵ KrV, A688/B716, p. 561 e 562.

⁴⁶ A questão é tratada com mais vagar por Kemp Smith em seu comentário à *Crítica*, pois ela é mais sutil do que parece. O próprio Kant não fornece um argumento definitivo como solução desse problema; contudo, o panorama por nós elaborado até este momento é suficiente para contextualizar as discussões postas no Apêndice e avançar em nossos propósitos (Cf. SMITH, Norman. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 552-561).

⁴⁷ SMITH, Norman. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 557.

ciência, uma tarefa inútil. Essa inteligência serve justamente como um ponto de vista que nos orienta na busca pela conexão entre os objetos da natureza, ordenados com vista a uma unidade sistemática. Trata-se, portanto, de um movimento *de dentro para fora*, por oposição às pretensões da teologia física, a saber, a de encontrar uma causa suprema e inteligente no mundo e trazê-la para nossa compreensão, de apreender a causa do mundo a partir da sua contingência, encontrando uma causa necessária para esta última. A prova físico-teológica foi devidamente mostrada como impossível por Kant⁴⁸.

Essa é a tônica dessa segunda parte do Apêndice – “do propósito final da dialética natural da razão humana” –, em que Kant trata com maior detalhamento da ideia teológica (assim como da psicológica – alma; e da cosmológica – mundo, os objetos tratados na Dialética, momento da *Crítica* em que Kant diagnostica a *ilusão transcendental* a que a razão humana naturalmente incorre). O filósofo de Königsberg é bastante cuidadoso e, de certa forma, até mesmo repetitivo⁴⁹ em prescrever em que sentido as ideias da razão devem ser empregadas em nossos raciocínios para que não incorramos em sofismas. Aqui seguiremos retomando a argumentação de Kant, pois acreditamos ser fundamental compreender o cuidado de Kant em tratar a questão da ideia teológica para mostrarmos, na terceira parte, como ela não é um retorno ou uma autorização da metafísica dogmática.

É notório que, no tocante à ideia teológica, tal como no caso da unidade sistemática da natureza, a ideia de uma inteligência suprema é um pilar *heurístico* indispensável à razão e à atividade científica. Na verdade, uma ideia está necessariamente conectada à outra; ao se pensar a natureza como unidade sistemática que segue leis teleológicas, é preciso pensar em quem a compilou desta maneira, quem a sistematizou e quem estabeleceu os dados fins, nesse caso, é preciso pensar a dita inteligência suprema, arquiteta, deísta “na mais rigorosa acepção”⁵⁰. Contudo, é preciso ser deveras parcimonioso em seu uso, para que não incorramos em uma série de mal-entendidos⁵¹. Essa ideia de inteligência suprema não tem uma validade objetiva *plenamente* garantida, como se fosse uma categoria, por meio de uma referência a um objeto, pois ela constitui apenas “o esquema de um

⁴⁸ Cf. KrV, A620/B648-A630/B658, p. 518-524.

⁴⁹ O motivo disso, segundo Kemp Smith, é a “dificuldade pessoal de Kant em aceitar ou rejeitar em definitivo a interpretação idealista do funcionamento da razão” (SMITH, Norman. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 552).

⁵⁰ KrV, A675/B703, p. 553.

⁵¹ Kant elenca alguns problemas que podem ocorrer caso saíamos de um uso regulativo (e das demais prescrições) da ideia teológica: Kant aponta para dois vícios e perigos em que podemos incorrer caso encaremos a ideia teológica (embora incorremos em erro se empregarmos quaisquer das ideias da razão constitutivamente) como um princípio constitutivo: razão preguiçosa (*ignava ratio*), a saber, responder a todas as perguntas como “Deus fez isso” (no jargão da literatura moderna sobre o tema, o dito “deus das lacunas”) e com essa resposta, cessar todo tipo de investigação; o exato oposto do que Kant entende pela ideia. E também sentido inverso (*perversa ratio*), a saber, ao invés de observar a natureza a partir da ideia de unidade sistemática estabelecida por uma inteligência suprema, impõe-se os fins como se estivessem *em si* na natureza e a partir dessa constatação infere-se a existência de uma inteligência suprema. Cada avanço das ciências da natureza, nesse contexto onde o uso da razão é equivocado, torna o papel de Deus mais obsoleto (Cf. KrV, A689/B717-A695/B723, p. 562-565).

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.7 – Nº. 2	Novembro 2014	p. 20-39
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	----------

conceito de uma coisa em geral”⁵².

Tal ideia também não pode ser displicentemente admitida: ela deve ser admitida relativamente (*suppositio relativa*) por oposição a uma admissão absoluta (*suppositio absoluta*), distinção admissível apenas quando estamos falando de um princípio regulador e que é feita com o “único intuito de pensar de uma maneira mais determinada a universalidade do princípio”⁵³. É importante ressaltar que não se trata de admitir ou supor a *existência* de tal ser da razão, o que seria dispensar toda a árdua tarefa defendida na *Crítica*, nenhum de nossos conceitos nos autoriza a “pensar de maneira determinada um objeto”, especialmente um objeto desse tipo, que não guarda (e nem poderia) qualquer relação com a sensibilidade.

É trazida ao debate, mais do que nunca neste estágio da discussão tratada no Apêndice, a chamada doutrina do *als ob*:

Em tal caso, diz-se, por exemplo, que as coisas do mundo têm de ser consideradas *como se* derivassem a sua existência de uma inteligência suprema. Deste modo, a ideia é, em verdade, somente um conceito heurístico e não um conceito ostensivo e indica, não como é constituído um objeto, mas como sob a sua orientação, devemos *procurar* a constituição e ligação dos objetos da experiência em geral”⁵⁴.

Ou seja, mais uma vez deve ser frisado que devemos observar o mundo *como se* fosse resultado da arquitetura de um ser criativo e inteligente, a *ideia* que temos dessa inteligência é tão somente uma “ficção heurística” que propicia ao investigador da natureza efetuar descobertas:

É verdade que o achatamento da Terra em forma esferóide, malgrado os benefícios que causa, é perfeitamente explicável “pelo equilíbrio da massa terrestre outrora fluida” (B. 452); mas *ter-se-ia descoberto isso se em primeiro lugar a hipótese de uma disposição sábia não nos tivesse colocado na pista*⁵⁵?

O mesmo é válido para a investigação ministrada pelo médico anatomista:

Eis porque a fisiologia (dos médicos) também amplia o seu tão reduzido conhecimento empírico das finalidades da estrutura de um corpo orgânico, mediante um princípio inspirado simplesmente pela razão pura, até ao ponto de admitir ousadamente, e com a aprovação de todos os entendidos, que tudo no animal tem a sua utilidade e a sua intenção boa, pressuposto este que, se fosse constitutivo, iria muito mais longe que o que nos é legítimo admitir pela observação feita até hoje; de onde se pode depreender que *não é mais que um princípio regulador da razão* para

⁵² KrV, A670/B698, p. 551.

Essa problemática concernente ao *esquema* recebe grande atenção por Gérard Lebrun no capítulo VIII de seu *Kant e o fim da metafísica*, quando apresenta a tese do “simbolismo analógico” (título do capítulo) visando esclarecer como Kant está (ou não) autorizado a mencionar a ideia teológica e em que sentido é lícito traçar uma analogia entre a criatividade “artística” humana e a imprescindibilidade de uma ideia teológica para conceber o mundo como racional. Também analisam essa questão: MARQUES, Antônio. *Organismo e sistema em Kant*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, cap. II e ainda, mais uma vez, KEINERT, Maurício Cardoso. *Da idéia ao juízo: o problema da finalidade na relação entre razão e natureza em Kant*. São Paulo: FFLCH-USP, dissertação de mestrado, 2001.

⁵³ KrV, A676/B704, p. 554.

⁵⁴ KrV, A671/B699, p. 551, grifos do autor.

⁵⁵ LEBRUN, Gérard. *Kant e o fim da metafísica*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 314, grifos nossos.

atingir a mais alta unidade sistemática, mediante a ideia da causalidade final da causa suprema do mundo, *como se esta, enquanto inteligência suprema, fosse autora de tudo segundo o mais sábio desígnio*⁵⁶.

É com essas cuidadosas características que Kant delinea o conceito racional de Deus, “a causa única e totalmente suficiente de todas as séries cosmológicas”⁵⁷, o mundo consiste nesse somatório de fenômenos e para que sejam racionalmente apreendidos supomos uma causa suprema da qual não é lícito nem mesmo averiguar se esse ser é uma substância, se essa substância possui realidade máxima e necessária etc., esses questionamentos “não têm significação alguma”⁵⁸. Essa ideia teológica serve para nos lembrar de que ela própria, bem como todas as ideias especulativas: “(...) significam somente que a razão obriga a considerar todo o encadeamento do mundo segundo princípios de uma unidade sistemática, ou seja, como se fossem todos eles oriundos de um único ser, que tudo abrange como causa suprema e *omni*-suficiente”⁵⁹.

E esta é, em realidade, toda a finalidade da razão, “a razão não pode ter aqui outra finalidade senão a da sua própria regra formal na extensão do seu uso empírico [e] esta unidade formal e suprema [...] é a unidade das coisas conforme a um fim, e o interesse especulativo da razão impõe a necessidade de considerar a ordenação do mundo como se brotasse da intenção de uma razão suprema”⁶⁰. Trata-se, portanto, de “ligar as coisas do mundo segundo leis teleológicas e, deste modo, alcançar a máxima unidade sistemática”⁶¹ e isso está condicionado, naturalmente, a tomar a ideia teológica como princípio regulador extensivo do uso empírico do entendimento (pois o mero acaso cego não poderia ter estabelecido algo sistemático que segue fins).

No que diz respeito às ideias da razão, devemos seguir o seguinte: “sua realidade deverá ter apenas o valor de *princípio regulativo* da unidade sistemática do conhecimento da natureza”⁶². Todas as prescrições de Kant tomam o mesmo sentido que essa, as ideias da razão devem sempre ser vistas como princípios que regulam o uso empírico do nosso entendimento, sem ter a pretensão de encontrar o objeto a que se referem essas ideias.

Aplicando isso à ideia teológica, não estamos autorizados sequer a supor a existência de tal ser: “não posso nunca supor em si a existência dessa coisa”⁶³, nenhum dos conceitos pode ser aplicado a esta ideia: “Os conceitos de realidade, substância, causalidade, e mesmo os de necessidade na existência, não têm significado algum que determine qualquer objeto, fora do uso que permite o conhecimento empírico de um objeto”⁶⁴.

⁵⁶ KrV, A688/B716, p. 561 e 562, grifos nossos.

⁵⁷ KrV, A685/B713, p. 560.

⁵⁸ Cf. KrV, A696/B724, p. 566.

⁵⁹ KrV, A686/B714, p. 560.

⁶⁰ KrV, A686/B714, p. 560.

⁶¹ KrV, A687/B715, p. 560.

⁶² KrV, A674/B702, p. 553, grifos nossos.

⁶³ KrV, A676/B704, p. 554.

⁶⁴ KrV, A677/B705, p. 554.

Logo, não é conveniente sequer supor a existência de tal inteligência, bem como não posso exigir o direito de conhecer tal inteligência, como Kant assevera na sequência de sua exposição no Apêndice, “não exijo, nem tenho direito a exigir, o conhecimento deste objeto da minha ideia”⁶⁵. Quando Kant afirma, nesse momento, os nossos limites cognitivos quanto às ideias da razão, ele se mostra coerente com toda sua exposição, anterior ao Apêndice – especialmente a Analítica. Primeiramente, porque as ideias não têm, por definição, como mostrado no início da Dialética, objetos aos quais se reportem diretamente; num segundo plano, porque da maneira como Kant compreende a experiência possível – um diverso da sensibilidade *inserido no espaço e no tempo* que é organizado por conceitos a priori do nosso entendimento –, jamais poderíamos conhecer efetivamente um ser que, por definição, está para *além* dos limites do espaço e do tempo. Contudo, nada nos impede que pensemos esse ser, da mesma maneira que estamos autorizados a pensar os *numenos*, aliás, se pensarmos numa inteligência suprema, tomá-la como *pressuposto* é benéfico à razão: “o pressuposto de uma inteligência suprema, como causa absolutamente única do universo, embora simplesmente na ideia, pode sempre ser benéfico à razão e nunca lhe seria prejudicial”⁶⁶, não apenas podemos pensá-la, como devemos pensá-la.

Em verdade, a admissão das ideias da razão é condição *sine qua non* para que haja o máximo uso da razão humana, nunca lhe sendo prejudicial:

A maior unidade sistemática e, por conseguinte, também a maior unidade final é a escola e mesmo o fundamento da possibilidade do máximo uso da razão humana. A ideia de uma tal unidade encontra-se, portanto, inseparavelmente ligada à essência da nossa razão. Essa mesma ideia é, assim, para nós, legisladora e, portanto, é muito natural admitir uma razão legisladora que lhe corresponda (*intellectus archetypus*) e da qual possa ser derivada toda a unidade sistemática da natureza como do objeto da nossa razão⁶⁷.

Para concluir nossa exposição quanto à ideia teológica no Apêndice, sintetizando a questão, citemos o diálogo imaginário travado por Kant num dado momento do Apêndice:

Mas desta maneira (continuar-se-á a perguntar) *podemos* admitir um autor do mundo, único, sábio e onipotente? *Sem dúvida alguma*. E não só podemos como ainda *devemos* admiti-lo. Não iremos, assim, estender o nosso conhecimento para além do campo da experiência possível? *De modo algum, pois* apenas admitimos algo, do qual não possuímos conceito algum do que seja em si mesmo (um objeto puramente transcendental); mas, em relação à ordem sistemática e final da fábrica do mundo, que temos de pressupor quando estudamos a natureza, pensamos aquele ser, que nos é desconhecido, só *por analogia* com uma inteligência (um conceito empírico), isto é, com relação aos fins e à perfeição que se fundam nele, dotamo-lo precisamente daquelas qualidades que, conforme as condições da nossa razão, podem conter o fundamento de uma tal unidade sistemática. Esta ideia é, portanto, perfeitamente fundada, quanto ao uso da nossa razão *no que respeita ao mundo*. Mas se quisermos atribuir-lhe um valor absolutamente objetivo, esqueceríamos que é simplesmente um ser na ideia que nós pensamos e, começando então por um

⁶⁵ KrV, A678/B706, p. 555.

⁶⁶ KrV, A687/B715, p. 560.

⁶⁷ KrV, A694/B722, p. 565.

fundamento, de nenhum modo determinável pela consideração do mundo, estaríamos por isso postos fora da possibilidade de aplicar convenientemente este princípio ao uso empírico da razão⁶⁸.

Procuramos mostrar, nessa segunda parte, como Kant pensa a ideia teológica: tanto no que diz respeito ao seu uso parcimonioso, estritamente regulativo e também no seu papel na elaboração das ciências, na descoberta de fatos acerca do “mundo natural”, quando este último é concebido como resultado de um desenho inteligente propicia ao cientista fazer mais e mais descobertas, mesmo que vez ou outra encontre causas mecânicas e não finais⁶⁹.

Tomamos o cuidado de ter como fio condutor nessa parte do artigo colher as citações e os momentos lógicos do texto em que Kant mostra-se cuidadoso ao conceber uma concepção teológica como necessária para a apreensão racional do mundo.

Tendo mostrado isso e também a imprescindibilidade das ideias da razão para o exercício da ciência, na próxima e última parte apresentaremos uma conclusão possível para nossa questão se essa atitude de Kant no Apêndice constitui um deslize e a abertura de uma brecha para a metafísica dogmática que parecia ter sido destruída. Evitaremos perpassar por outras discussões que envolvem as interpretações correntes do Apêndice⁷⁰; nossa atenção se dirigirá aos apontamentos de Gérard Lebrun, no capítulo X, de seu *Kant e o fim da metafísica*.

5 A ideia teológica, deslize metafísico?

Lebrun inicia sua análise destacando o fato que estamos abordando aqui: uma compreensão racional do universo exige que a natureza seja encarada ao menos como se seguisse leis teleológicas e como se fosse produto de um “relojeiro” divino e inteligente, como se “brotasse da intenção de uma razão suprema”⁷¹: “Através disso, eu não afirmo uma coisa real (*wirkliche Sache*); eu adoto o “único e exclusivo ponto de vista” que me permite *falar de um universo integralmente racional* (B. 444, 449)”⁷². Ou seja, toda a questão se concentra na necessidade de adotar um ponto de vista privilegiado, que autorize a falar-se em universo racional, e não completamente contingente. Percebamos: quando observamos o universo fora desse ponto de vista, e fora de qualquer outro que venha a considerar um

⁶⁸ KrV, A697/B725, p. 567, grifos do autor.

⁶⁹ KrV, A687/B715, p. 561.

⁷⁰ Como, por exemplo, o debate entre os comentaristas sobre a presença (ou ausência) de elementos do juízo reflexionante teleológico no Apêndice, previamente a sua apresentação efetiva na primeira introdução à *Crítica do Juízo*. Lebrun considera que o Apêndice é uma inflexão do que Kant vinha apresentando e crê que o Apêndice seja uma ruptura, Antônio Marques observa um como continuação do outro. Sobre isso sugere-se a leitura de: LONGUENESSE, Béatrice. *Kant and the Capacity to Judge*. Princeton: Princeton University Press, 2000, além dos comentaristas mencionados.

⁷¹ KrV, A686/B714, p. 560.

⁷² LEBRUN, Gérard. *Kant e o fim da metafísica*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 285, grifos nossos. E ainda mais que isso, conceber ideia teológica é assegurar que expressões como “ordem do mundo” e “unidade sistemática” fazem sentido (LEBRUN, Gérard. *Kant e o fim da metafísica*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 288).

universo legiforme, somos necessariamente obrigados a concebê-lo como puramente contingente, a tentativa de descobrir e estabelecer leis fixas torna-se inútil. Se o universo não é regido por leis, o que assegura que, eventualmente, a gravidade não pode parar de agir no próximo minuto? E a questão atinge uma camada ainda mais profunda: a possibilidade de nos articularmos racionalmente sobre o universo, em linguagem pública, já não supõe uma inteligência criadora que imprimiu essa inteligibilidade racional no mundo?

A resposta tende a ser afirmativa e Kant está ciente disso. Ademais, todas essas questões não se restringem à discussão tratada no Apêndice à Dialética da *Crítica da Razão Pura*, mas estão presentes na apologética cristã moderna e ao que parece, dado que o “universo é racional”⁷³, a inferência que é lícita fazer é que existe um Deus por trás dessa racionalidade e, portanto, sua existência estaria assegurada e devidamente comprovada pela racionalidade do universo⁷⁴.

Estaria a exposição de Kant em consonância com a posição dos apologetas cristãos modernos e até mesmo lhe serviria de subsídio? Após colocar a ideia teológica como pilar heurístico e pressuposição necessária para a atividade científica teria Kant, então, tomado “consciência de que a metafísica não estava inteiramente morta e a teologia estava integrada mais do que ‘criticada’”⁷⁵?

O problema encontra-se, nas palavras do próprio Lebrun, em distinguir a concepção de ideia teológica apresentada por Kant na segunda parte do Apêndice, que já tratamos nesse artigo e em “como distinguir essa hipótese de uma quimera”⁷⁶, a resposta a essa questão é pautada especialmente na exposição feita anteriormente, nos reservando a condição de não tratar, por uma questão de espaço, do problema da “finalidade técnica”, pois para isso seria necessário uma exposição cuidadosa da *Crítica do Juízo*, em especial suas duas introduções⁷⁷.

Na esteira dessa discussão, Lebrun pergunta: “como a 'teoria da experiência' pode contentar-se com uma metafísica do 'como se' porque ela seria – de forma muito derrisória – o único meio de

⁷³ D'SOUZA, Dinesh. *What's so great about christianity?* Washington DC: Regnery Publishing, Inc., 2007, p. 114.

⁷⁴ Essa é uma questão que transcorre a literatura teológica, filosófica e científica, como afirma o Nobel de Física Steven Weinberg: “Toda a minha experiência como físico leva-me a acreditar que *existe uma ordem no Universo* [...]. Uma vez que temos estudado estruturas cada vez menores, descobrimos que as leis, os princípios físicos, que descrevem o que aprendemos se torna cada vez mais simples [...]. *As leis que descobrimos tornam-se cada vez mais coerentes e universais* [...]. Nas leis que governam a matéria, há uma simplicidade, uma beleza, que refletem algo que foi incorporado à estrutura lógica do Universo em um nível muito profundo” (WEINBERG, Steven. *Facing Up: Science and Its Cultural Adversaries*. Cambridge: Harvard University Press, 2001, p. 24 e 25, tradução e grifos nossos). É possível notar como a afirmação, extremamente recente, de Weinberg está de acordo com o que Kant pensa quanto à racionalidade da prática científica, à exceção que o ateísmo de Weinberg descarta a ideia teológica, *até mesmo* em um possível uso exclusivamente regulativo. Citações dessa envergadura servem de mote para D'Souza e outros apologetas cristãos argumentarem em favor da existência de Deus.

⁷⁵ LEBRUN, Gérard. *Kant e o fim da metafísica*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 322.

⁷⁶ LEBRUN, Gérard. *Kant e o fim da metafísica*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 286.

⁷⁷ Uma análise desse problema é feita pelo próprio Lebrun no capítulo IX do mesmo livro.

garantir a racionalidade da prática científica?”⁷⁸. Ou seja, após ter circunscrito os limites das faculdades cognitivas humanas e, conseqüentemente, ter aparentemente demolido o castelo da metafísica, o que Kant pretende ao reintroduzir “uma metafísica do 'como se'” já próximo do final da *Crítica*?

Tendo em vista o fato que, de uma forma ou de outra, compreender o universo seja como os teóricos do cristianismo o fazem, inferindo a partir da suposta racionalidade do mundo que ele é produto de uma inteligência suprema, seja como Kant, num movimento oposto, querendo *supor* que o mundo é racionalizável, que é produto de uma inteligência suprema, para que então o consideremos como racional, é preciso seguir uma das duas direções para que a prática científica tenha sentido, concordamos que é preciso observar o universo de maneira que ele possa ser organizado, para que ele seja de fato inteligível a nós e, então, para que se possa construir uma ciência bem fundamentada⁷⁹. Mas mesmo que a suposição seja feita de maneira cuidadosa, como Kant o faz, remanesce a seguinte questão: “[...] Desde então, como salvaguardar, sem nos engajarmos nas contradições do antropomorfismo, o vestígio da metafísica especial que é requerido para 'compreender' simbolicamente a racionalidade do mundo?”⁸⁰.

Não respondemos plenamente a essa pergunta, mas tentamos assinalar, dentro do aparato teórico exposto até aqui, algo à guisa de uma conclusão para o problema. Em primeiro lugar, é preciso reforçar algo que exploramos e que fora expressamente asseverado por Kant na segunda parte do Apêndice: o uso regulativo das ideias da razão, em nosso caso, da ideia teológica *não* nos autoriza a *extrair da natureza*⁸¹ uma evidência para a existência de Deus, como fazem os proponentes da prova físico-teológica⁸² (que está superada e considerada como impossível⁸³) por, em última instância, se reduzir à prova ontológica). Ou seja, os eventuais defensores do cristianismo (ou de qualquer monoteísmo), que pretendam argumentar nesse sentido, estão em conflito direto com a posição de Kant quanto à questão da compreensão racional do Universo e com o que fora defendido na *Crítica*, além de estarem incorrendo no que Kant chama (remetendo-se a Cícero) de “razão preguiçosa” (Cf. nota 51). Toda a segunda parte deste artigo também mostra o uso parcimonioso que Kant prescreve

⁷⁸ LEBRUN, Gérard. *Kant e o fim da metafísica*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 286.

⁷⁹ Certamente seria impossível alicerçar uma ciência como a Física, por exemplo, caso as *constantes* mensuradas variassem todas as semanas, o que seria de se esperar caso o universo não fosse racional *ou* não fosse resultado de uma inteligência divina.

⁸⁰ LEBRUN, Gérard. *Kant e o fim da metafísica*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 303.

⁸¹ Nas palavras de Kemp Smith: “[...] não devemos derivar a ordem e a sistematização do mundo *a partir do objeto da ideia*, mas apenas extrair da ideia a regra pela qual o entendimento atinge a maior satisfação possível na conexão das causas e efeitos naturais” (SMITH, Norman. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 554, tradução e grifos nossos).

⁸² Kant, ao que parece, aceita abertamente a crítica feita por Hume nos Diálogos sobre a religião natural ao argumento teológico em favor da existência de Deus. Kemp Smith faz a mesma observação (Cf. SMITH, Norman. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 557).

⁸³ KrV, A620/B648-A630/B658, p. 517-524.

para as ideias da razão, o que nos permite rechaçar conclusivamente a hipótese de que Kant estaria, no Apêndice, reintroduzindo “pela porta dos fundos” uma metafísica estritamente dogmática e teísta.

Quanto à posição levantada por Lebrun, se a própria doutrina do *als ob* ou “metafísica do como se”, faz com que a racionalidade da atividade científica dependa da noção de ideia teológica já não seria suficiente para estabelecer uma insurreição da metafísica, somos levados a objetar essa hipótese na mesma esteira que objetamos aos apologistas que pretendem incorrer no erro de querer inferir a existência de Deus a partir da racionalidade que, em verdade, nós projetamos no universo. Assim, retomamos: o uso cuidadoso da ideia teológica apresentado por Kant na segunda parte do Apêndice, donde o filósofo chega até mesmo a ser repetitivo em suas prescrições, reforçando o tipo de emprego que é permitido às ideias da razão, depõe em favor daquilo que Kant está a defender.

O emprego das ideias da razão, quando correto, jamais pode ser prejudicial a ela própria, não se incorre em nenhum tipo de erro quando são empregadas da maneira devida. E nesse sentido, temos o suporte de Kemp Smith: “Para tanto que essa pressuposição seja empregada apenas como princípio regulativo, até mesmo o erro não pode ser, de fato, prejudicial”⁸⁴. No uso reto (i.e., tal como defendido no Apêndice) das ideias, nem mesmo o erro pode ser danoso; dentro do terreno regulativo, em que as ideias estão inscritas, não há desacordo com o que Kant vinha defendendo dentro da *Crítica* e tampouco há motivo para os que proclamam uma metafísica dogmática ou um teísmo ingênuo comemorarem a apresentação kantiana das ideias.

Assim, acreditamos ter mostrado que, ao menos se nos restringirmos à exposição feita no Apêndice, não sobra precedente para a retomada da metafísica dogmática em seu antigo estatuto de “filosofia primeira” e os que assim veem fizeram uma leitura simplista do que Kant apresenta nesse momento de sua obra, ao não tomar como sérias as prescrições cautelosas quanto ao emprego das ideias da razão, parte indispensável para o estabelecimento do conhecimento humano.

Considerações finais

Nosso intuito foi mostrar como a problemática da ideia teológica, tal como apresentada no Apêndice (embora também tenhamos procurado mencionar como as questões levantadas no Apêndice reverberam em outras obras de Kant, como a terceira *Crítica*, por exemplo), levanta uma série de problemas e novas questões e como tudo isso é articulado e pensado pelos comentadores que analisaram o assunto.

Procuramos enfatizar, ao longo de toda a discussão, a importância inquestionável que as ideias exercem no processo de estabelecimento do conhecimento em geral e da construção da ciência; as ideias, seja a teológica, a psicológica ou a de unidade sistemática da natureza são *pilares heurísticos*

⁸⁴ SMITH, Norman. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 556.

indispensáveis ao exercício científico e não faz sentido empreender uma investigação da natureza sem supor que ela segue leis teleológicas, que possibilitam que o cientista organize seus objetos de estudo como se eles remetessem a um único objeto, um exemplo disso é o químico, que pode organizar as substâncias de maneira a conseguir ordená-las praticamente todas sob a égide de ácidos ou bases; isso é possível apenas se supusermos que a natureza é um sistema que segue um dado fim. Essas ideias, suposições úteis feitas pelos cientistas, têm seu valor objetivo, ainda que indeterminado, resguardado justamente por seu valor heurístico. Nesse ponto, acatamos a interpretação provida por Kemp Smith.

O que foi afirmado acerca da noção de unidade sistemática da natureza, vale também para a ideia teológica, contudo, Kant ao tratar dela é ainda mais cuidadoso e até repetitivo, pois como alertam os comentadores, o próprio Kant não está plenamente seguro do motivo da sua indecisão quanto às duas interpretações possíveis das ideias da razão, uma cética outra idealista. As ideias da razão têm um uso que lhes é peculiar, um uso exclusivamente regulativo, que serve para ampliar o uso empírico de nosso entendimento. As ideias da razão não se reportam diretamente a objetos, portanto, nunca são plenamente conhecidas, dados os limites das nossas faculdades cognitivas, e se quisermos aplicar algum esquema diretamente a essas ideias ou se quisermos estabelecer um uso constitutivo a elas, incorremos em uma série de erros, pois acabamos transcendendo os limites da experiência possível.

E foi justamente esse aspecto que procuramos ressaltar ao longo do artigo; Kant inscreve a ideia teológica num panorama onde sua aplicação lícita serve unicamente para efetivar o máximo uso da razão, as ideias são o fim do processo do conhecimento, como assevera nossa epígrafe, o conhecimento, que começa com intuições, passa por conceitos e termina com ideias, desde que essas ideias tenham apenas sua aplicação regulativa, não enquanto descrições da realidade, mas enquanto condição de inspeção científica delas e assim não entrando em contradição com as demais afirmações feitas na *Crítica da Razão Pura* e não abrindo espaço para um retorno da velha metafísica. Quando consideradas da maneira devida, a ideia teológica não é fonte de ilusão, mas de conhecimento.

Em suma, podemos afirmar que o papel incumbido à razão no Apêndice é não apenas o de fornecer um princípio que amplie a experiência, mas estabelecer um uso tanto lógico quanto sistemático, expresso pela elaboração de um sistema de conhecimentos provenientes da experiência, que exige para a efetivação disso, princípios tanto lógicos quanto transcendentais (num sentido diverso do das categorias), que nada mais são que as ideias da razão, entre elas a teológica. Procuramos, então, argumentar, a partir dos problemas interpretativos depreendidos da problemática da ideia teológica, que o Apêndice, ao contrário do que pode parecer, não é uma inflexão com relação ao que vinha sendo defendido; o dogmático não encontrará nele fundamento para sua metafísica ou para seu teísmo, ao contrário, tomará consciência que deus continua sendo apenas um pressuposto útil, uma projeção pragmática que serve de condição para a construção do conhecimento.

Referências

- CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- D'SOUZA, Dinesh. *What's so great about christianity?* Washington DC: Regnery Publishing, Inc., 2007.
- GRIER, Michelle. *Kant's Doctrine of transcendental Illusion*. New York: Cambridge University Press, 2001
- HULSHOF, Monique. *A 'coisa em si' entre a teoria e prática: uma exigência crítica*. São Paulo, FFLCH-USP, tese de doutoramento, 2011.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2008.
- _____. *Critique of pure reason*. Trad. Norman Kemp Smith. New York: St. Martin's Press, 1929.
- _____. *Dois introduções à Crítica do Juízo*, org. Ricardo R. Terra. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- _____. *Prolegômenos a toda metafísica futura que queira se apresentar como ciência*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987.
- KEINERT, Maurício Cardoso. *Da ideia ao juízo: o problema da finalidade na relação entre razão e natureza em Kant*. São Paulo, FFLCH-USP, dissertação de mestrado, 2001.
- LEBRUN, Gérard. *Kant e o fim da metafísica*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Sobre Kant*. São Paulo: Iluminuras, 2010.
- LONGUENESSE, Béatrice. *Kant and the Capacity to Judge*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- MARQUES, Antônio. *Organismo e sistema em Kant*. Lisboa: Presença, 1987.
- NADAI, Bruno. *Teleologia e História em Kant: a Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo, FFLCH-USP, dissertação de mestrado, 2006.
- TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Ensaio de Filosofia Ilustrada*. São Paulo: Iluminuras, 2004.
- SMITH, Norman. *A commentary to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- WEINBERG, Steven. *Facing Up: Science and Its Cultural Adversaries*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

Recebido em: 23/05/2014

Aprovado para publicação em: 08/08/2014